

Sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e sete de junho dois mil e treze. -----

Aos vinte e sete de junho de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas quinze horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a presidência do senhor João Heliodoro da Silva Dantas estando ainda presentes Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal, e o senhor Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, como primeira e segundo secretários, respectivamente. -----

Esteve também presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as atas desta Assembleia Municipal. -----

Mais se verificou a presença dos senhores: Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, Vice-Presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves, Vereador João José Nascimento Rodrigues, Vereador Rui Alberto Pereira Caetano e o Vereador Lino Ricardo Silva Abreu-----

Foi verificado quórum por estarem presentes os seguintes deputados municipais: **Do PSD:** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Freitas Andrade; Carlos Alberto Rodrigues; Carlos Miguel Malho Pereira; David João Rodrigues Gomes; Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Raquel João Martins da Silva; Ricardo Jorge Alves Delgado; Rui Nuno Barros Cortez; Vanda Maria Fátima Sousa de França Correia de Jesus; Rosa Maria Cravidão Gouveia Oliveira; Alberto Rufino Fernandes Casimiro; João Augusto Andrade de Jesus; José Ricardo Pinto Pereira; João Manuel Freitas Machado; Duarte José Pereira; Jorge Simplício Pereira Pestana; José António Freitas Rodrigues; José Rafael de Freitas Aguiar; Rui Alberto Garanito Santos e Rui Emanuel Freitas Nunes; **Do PS:** - Maximiano Alberto Rodrigues Martins; Guido Marcelino Mendonça Gomes; Tânia

Sofia Andrade Gonçalves; José Gabriel Pereira de Oliveira e Micaela Gomes Camacho. **Do CDS/PP-** Maria João Ramos Freitas Araújo de Sousa Freitas; José Maria Abreu Barros e Eduardo Jorge Freitas Sainz Trueva. **Do PND** – Eduardo Pedro Welsh; Baltazar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar e Ana Patrícia da Silva Oliveira. **Do PCP-PEV-** Énio Dionísio Vieira Martins e Herlanda Maria Gouveia Amado. **Do B.E.-** Fernando Manuel Garcia da Silva Letra.-----

Após isto, o Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia, nomeadamente, as substituições dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

Justificação de faltas: - Foi entregue no Gabinete da Assembleia Municipal a justificação de faltas dadas nesta sessão dos seguintes deputados municipais: - **Do PSD:** Francisco Manuel Freitas Gomes; Nádía Micaela Gomes Coelho **Do PS:** Cláudio Filipe Gouveia Torres- **Do CDS/PP:** João Luciano Gonçalves Homem de Gouveia.-----

Pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi posta à apreciação e votação a ata da sessão ordinária da AM de junho a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Período antes da ordem do dia:**-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, fez as seguintes intervenções que abaixo se transcrevem na íntegra: “Voto de Saudação aos Trabalhadores em Luta neste dia de Greve Geral. Porque cada vez mais é preciso mostrar a este governo que os trabalhadores não podem ser os bodes expiatórios desta política de austeridade que está a ser seguida há dois anos. Há dois anos que cada vez mais se sobrecarrega mais sacrifícios aos trabalhadores e não se vê quaisquer

melhorias, inclusivamente nos últimos dias o governo da República através do senhor ministro Vítor Gaspar apresentou com grandes bandeiradas que o défice tinha baixado para mil quinhentos seiscentos mil euros, ou seja, o Estado ainda gasta mais do que aquele que recebe e o que recebe são os trabalhadores a pagar, que foi o IRS com uma subida de seis por cento que veio “mascarar” as contas, enquanto o IRC que é um imposto pago pelas empresas subiu apenas um vírgula um por cento. Por isso mesmo achamos que os trabalhadores têm cada vez mais razões para protestar e a maneira de protestar é com uma greve geral. E para aqueles que são contra as greves, as manifestações, e que querem trabalhar, era bom lembrar que foi através de greves, de manifestações que se conseguiu passar das quinze horas de trabalho para as oito horas, que se conseguiu dias de descanso semanal, férias anuais, subsídios de férias e de natal, licença de maternidade, subsidio de casamento e de funeral, baixa médica por doença e desemprego para além de outros benefícios, e são esses benefícios que estão a ser tirados, e os que são contra a greve devem pensar nisso ou então abdicar de todos estes direitos para poderem trabalhar como dizem livremente. Realiza-se hoje, em todo o país, uma Greve Geral convocada pela CGTP-IN e UGT. Esta Greve Geral é a resposta forte e convergente da resistência cidadã às políticas de austeridade que, após dois anos da assinatura do memorando com a troika, devastou económica e socialmente o País e as pessoas. Esta Greve Geral é a resposta ao duplo programa de austeridade a que os madeirenses estão sujeitos após a assinatura, por parte do Governo Regional da Madeira do PSD, do denominado Programa de 'Ajustamento' Financeiro da Região que aumentou impostos, destruiu empregos e lançou na miséria milhares de madeirenses. Esta Greve Geral é uma importante componente da Luta contra o Desemprego e contra as políticas geradoras de calamidade social impostas pelos Governos da troika na República e na Região. Assim, a Assembleia Municipal

do Funchal, reunida neste dia de Greve Geral, manifesta a sua solidariedade para com todos os trabalhadores em Greve e em Luta contra as medidas de empobrecimento *austeritário* do país e da região, geradoras de desemprego e miséria, e destruidoras de direitos laborais de milhares de trabalhadores, também na cidade do Funchal.”

Proposta de Recomendação. *Revisão dos parâmetros para cálculo do IMI.*

Considerando a difícil situação económica em que vive a generalidade das famílias madeirenses e funchalenses em particular; considerando a extensão temporal da crise que atinge o país e a Região e que não mostra indícios de terminar ou sequer de apresentar melhores indicadores nos próximos meses/anos; considerando que alguns parâmetros para cálculo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no Funchal – nomeadamente os coeficientes de localização e o custo de construção por metro quadrado – estão desajustados e penalizam ainda mais as famílias referidas anteriormente; delibera a Assembleia Municipal do Funchal solicitar à Câmara Municipal do Funchal que interceda junto do Sr. Ministro das Finanças e do Sr. diretor Regional dos Assuntos Fiscais para que a Comissão Nacional de Avaliação dos Prédios Urbanos (CNAPU), juntamente com o executivo camarário funchalense, reveja os coeficientes de localização aplicáveis na cidade do Funchal, bem como o custo de construção por metro quadrado, tendo em conta as várias realidades que existem na cidade, em termos de localização, acessos, idade das habitações e situação económica atual.”

Por último deixei aqui uma sugestão relativamente à recolha do lixo, porque acontece muitas vezes em zonas de becos em que há um só sentido, haver congestionamento de trânsito como aconteceu esta semana na minha zona, o carro do lixo vem para baixo, vem mais um ou dois caros atrás e dois ou três a subir e cria-se ali um caos que se poderia evitar se os carros que fazem a recolha do lixo transportassem um dígito que pusessem no início da rua dizendo recolha de lixo a

decorrer e quem quisesse subir subia em sua conta e risco. Acho que não é difícil de implementar e não sei porque é que isso não teve em conta. Também sei que houve moradores da zona do Lombo da Boa Vista, já vieram à Câmara reclamar, foi posto um tapete novo naquela zona, as obras demoraram cerca de um ano, mas o que é certo que passado uns tempos foram lá destapar as tampas das adufas que estavam cobertas com alcatrão, fazem um buraco à volta, põem cimento e aquilo está há quatro semanas a rebentar com pneus e com as suspensões dos carros. Qual a justificação? Tenho dito.”-----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra disse: “Senhor deputado, no que diz respeito à proposta relativamente ao IMI, nós independentemente da nossa saída da Câmara e sabe que qualquer decisão que se tome relativamente ao IMI tem uma repercussão de um ano e meio, relativamente aos efeitos que tem sobre o município e independentemente disso qualquer decisão deve constar do Orçamento que é para apresentar a esta Câmara em dezembro. Seja como for, o zonamento no que diz respeito ao IMI e concordamos diretamente com a proposta do PCP/PEV em reunião de Câmara de criar uma comissão para tentar introduzir fatores de correção de zonamento no que diz respeito às avaliações do IMI. No entanto, talvez seja bom deixar alguns princípios da nossa parte muito claros. Em primeiro lugar, o imposto do IMI para nós faz todo o sentido. A tributação do património, é uma tributação que o Estado desde há muito devia ter tomado em linha de conta e uma das principais reformas que foram feitas em termos tributários foi de facto em boa hora, a reforma do IMI. A tributação do património faz todo o sentido e que seja tributado em função do valor que esse património é avaliado. O Património não é um bem absoluto. E nesse sentido entendemos que há fatores que devem ser corrigidos nesta lei do IMI, uma delas que se impôs foi a avaliação dos prédios antes de dois mil e cinco, porque entre

dois fatores que tem que ser corridos no ajustamento, mas relativamente ao zonamento o que é que acontece? Já funciona como muito bem sabe uma comissão a nível nacional onde temos um elemento em cada Câmara Municipal no sentido de introduzir um fator temporal para as zonas de cobrança de IMI. Agora, cuidado com a avaliação coletiva das zonas, porque umas das questões que se colocou, e o PCP/PEV tinha na sua proposta, que as zonas altas tivessem um coeficiente de avaliação muito mais baixo. E pergunto, se faz algum sentido ter uma zona de correção diversitária, por exemplo, em algumas zonas altas de são roque onde tem casas ou loteamentos no valor superior a cento e cinquenta mil euros por habitação? E atenção para outra questão. A questão das avaliações depende muito da intervenção individual de cada munícipe e de cada contribuinte. Ou seja, a pessoa é notificada e tem sempre a possibilidade de fazer as reclamações. Mas atenção aos fatores de classificação homogéneos de classificação dos prédios por zona. Porque isso pode dar origem como é óbvio a fatores de iniquidade mais graves do que se passa agora. Porque a circunstância de um prédio de um determinado valor está situado numa determinada zona, não equivale dizer que o prédio ao lado tem que ser avaliado em função com os mesmos critérios. Há critérios muito objetivos na avaliação de cada imóvel. É evidente que o facto zonamento é apenas um e deve ser levado em linha de conta. Se perguntar se um prédio na estrada Monumental deve ser avaliado de um critério mais elevado do que um prédio que está na zona mais alta de são martinho, não concordo. Agora, não vale a pena confundirmos as questões. Porque a questão da tributação e da avaliação de cada imóvel é e deve ser o fator preponderante e a circunstância de cada munícipe de fazer a sua reclamação é fundamental. Quero dizer que neste momento uma das áreas de intervenção fundamental é proceder de fato à progressiva avaliação dos prédios antigos. E depois passar à avaliação dos prédios rústicos. Não sei se

sabem que neste momento feito o cadastro dos imóveis rústicos em vinte por cento, ninguém sabe aquilo que estamos a tentar fazer a nível dos prédios urbanos é importante e evidentemente há fatores a serem corrigidos. Agora, a correção por zonamento tem que ser muito cuidada e muito bem-feita senão vai introduzir novos fatores e mais graves. E a maioria das reclamações que têm sido feitas a nível individual, têm que ser deferidas e como sabe os critérios de atualização que foram introduzidos para o IMI era no fundo numa expectativa ilusória de que a receita do imposto ia subir. Isso estava no acordo da Troika. Sabe o que aconteceu? A receita do IMI está a descer.”-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, disse: “Concordo que teria toda a razão sobre a tributação do património, se esse património não tivesse já tributado aquando da transação. Isso é que fazia sentido. Agora, a partir do momento em que compra um prédio e paga a taxa, imposto e depois tem que pagar todos os anos uma renda à Câmara, isso é que não concordo e ainda para mais o prédio não é meu é do banco e o banco é que devia pagar o IMI porque pago o juro sobre o empréstimo que ele fez.”-----

O deputado municipal Enio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, fez a seguinte intervenção: “Voto de saudação à greve geral e à luta dos trabalhadores. Decorre hoje, dia vinte e sete de junho de dois mil e treze, mais uma jornada de luta dos trabalhadores portugueses. Uma jornada de luta contra o empobrecimento a que estão sujeitos os trabalhadores e suas famílias. Uma jornada de luta contra a falta de perspetivas de crescimento económico. Uma jornada de luta pela defesa de direitos fundamentais de quem trabalha. Uma jornada de luta que visa exigir outras políticas, outras medidas que possibilitem a saída da crise e criar condições para melhorar o poder de compra, a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores e das

populações em geral. Não é possível a continuação das gravosas políticas que até aqui têm, sido delineadas e postas em prática, de saque dos rendimentos das famílias, de aumento de carga fiscal, de ataque e destruição de direitos conquistados e consagrados, de destruição das funções sociais do Estado, de desregulamentação dos deveres que o Estado tem para com os cidadãos. É possível outra política e outro rumo para o País. Os trabalhadores, aqueles que criam e contribuem para o crescimento da riqueza com a força do seu trabalho, têm todo o direito de exigir um novo rumo, um novo caminho que permita o desenvolvimento e o combate às profundas assimetrias sociais e económicas que caracterizam a sociedade portuguesa. Assim a Assembleia Municipal do Funchal saúda a Greve Geral e a luta dos trabalhadores portugueses na busca de um novo modelo de desenvolvimento que respeite os direitos individuais e coletivos, que salvaguarde qualidade de vida e bem-estar, e o acesso a bens e serviços de forma equitativa, justa e equilibrada. Tendo em conta que a apresentação feita pelo deputado Fernando Letra do voto de saudação. Em relação das propostas serem votadas em conjunto concordamos com a sugestão.-----

O deputado municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, frisou o seguinte: “Em primeiro lugar quero felicitar a decisão de adiar o PDM para depois das eleições. Parece-me que é uma vitória do senhor José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, apesar de outros partidos terem sugerido a mesma coisa. Por isso, felicito os nossos camaradas, parece que há aqui uma sinergia muito interessante. E revemo-nos absolutamente nas críticas apontadas ao Jornal da Madeira, que aparentemente só notaram agora, mas nós já notámos há muito tempo e de facto a Comissão Nacional de Eleições tem cinco processos contra o Jornal da Madeira por violação da lei eleitoral, dois dos quais já prescreveram e três dos quais penso que vão prescrever porque ainda não houve nenhuma acusação. É uma questão a lamentar, parece que as mesmas atitudes vão

prevalecer nestas eleições e por isso achamos as observações do senhor presidente muito pertinentes.”-----

O Vereador João José Nascimento Rodrigues, realçou o seguinte: “Penso que o senhor deputado anda um pouco distraído relativamente às notícias que saem. E não quero parecer desagradável, mas essa notícia que saiu que foi uma resposta da Câmara ao candidato José Manuel Rodrigues e muito bem, mas quero dizer que a vinte e quatro de maio a notícia que saiu no Diário como no Jornal e passo a ler: “O projeto vai em junho para a Comissão de Acompanhamento. Logo que tenhamos o parecer final sobre o Projeto de Plano iremos abrir o período de discussão pública, seja ainda neste mandato, se assim o tivermos, como no pôs mandato. Já a ratificação do Plano não será feita neste mandato. Ou seja, não posso deixar passar mais uma vez a mensagem que foi através desse artigo publicado no Diário, nomeadamente essa resposta no dia dezanove de junho do corrente ano, quando a vinte e quatro de maio de dois mil e treze já dizíamos isso.”-----

O Presidente da Câmara, referiu o seguinte: “Só para complementar o que o meu colega disse ao senhor deputado Pedro e quero dizer que ao contrário do escreve o senhor Rafael Miranda, o Plano Diretor Municipal do Funchal é de todo o interesse até por uma questão que foi tida aqui, para não servir como arma de arrevesso política, que a discussão pública desse plano seja mais abrangente possível. E mais. Acho que para qualquer poder executivo municipal, um plano deve ser debatido até à exaustão.”-----

O deputado municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, disse: “Era só para dizer que quando for a altura do debate público, ter um debate na televisão sobre isso, contactar a RTP para conseguir uma abrangência maior possível. Fica a sugestão.”-----

O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, disse: “ O assunto que vos trago aqui tem a ver com uma habitação social em S. Pedro. Na rua das Maravilhas, número setenta e dois, o munícipe Manuel Pereira, é um munícipe especial porque tem dificuldade em comunicar, já teve perda da voz há muito tempo, e vive numa pequena e antiga habitação completamente degradada, cujos tetos estão a cair, colocando em causa a integridade física do seu morador. Neste prédio verificam-se infiltrações de água em abundância sempre que chove em todos os compartimentos, inclusive na cozinha pondo em perigo eventualmente curto circuitos dos aparelhos que lá tem. Foram realizadas várias diligências da empresa pública, Investimentos Habitacionais da Madeira e também desta Câmara, em que lhe foi atribuído na altura o numero quarenta e oito duzentos e vinte e quatro. O referido munícipe já comunicou há vários anos e por vários meios a esta autarquia e a dramática situação mantém-se. Esta situação é urgente e merece uma resposta eficaz desta Câmara. O PS defende prioridade na melhoria de vida deste cidadão do Funchal. Pergunto ao senhor Presidente desta Câmara para quando a solução deste problema e vou deixar fotos na mesa.”-----

O deputado municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do PS, usou da palavra dizendo: “Senhor Presidente, a quem compete fazer a manutenção do jardim da Avenida Sá Carneiro e da Redonda, junto à Pontinha? É a Câmara Municipal. O Governo Regional ou outra entidade? Aquilo não são jardins, aquilo é mato seco. É uma vergonha autêntica na cidade do Funchal. Uma cidade que se diz turística! O Funchal recebe seiscentos mil turistas por cruzeiros além dos tripulantes. Ora, um estrangeiro que desembarque no porto do Funchal e que chega à redonda da Pontinha e que vê o estado lastimoso que se encontra aquele sítio. É um grande retrato postal do Funchal. Mas não e só isso. E as floreiras? As floreiras em vez de ter flores, têm

garrafas de plástico, pontas de cigarro e garrafas de vidro. Para além disso aquele edifício que há três anos foi construído e que nunca funcionou, serve presentemente de casa de banho dos amigos da noite das discotecas que ali se encontram. E as papeleiras, encontram-se totalmente cheias de lixo e não são despejadas! Uma cidade turística como o Funchal que está ilustrado daquela maneira? Que vergonha! O cheiro nauseabundo daquela Praça do Mar. Por favor, mande tomar medidas, porque aquilo não é de se apresentar a milhares de turistas que visitam esta terra. Tenho dito.”-----

O Presidente da Câmara, respondeu: “Concordo consigo, é realmente uma vergonha. A Câmara está excluída da manutenção, aquilo não é área da tutela da Câmara. Mas vou colocar seis hipóteses: Sociedade de Desenvolvimento, Direção Regional de Portos, Presidência do GR, Equipamento Social, Direção Regional de Turismo e Secretaria Regional de Turismo. Tive uma reunião com outra entidade que é a sétima, com o Secretário das Finanças. E acordamos que de facto era importante neste momento assumir a manutenção dos espaços verdes, a sul e na Redonda. Acordamos que seriam instalados os sistemas de rega, por conta do dono da obra e seria aproveitado um poço que já existe abaixo do Parque de Santa Catarina, e seriam feitas as infraestruturas de rega para a rega quer da redonda e de todos os jardins e canteiros a sul da Sá Carneiro. É evidente que esta questão da gestão dos espaços públicos portuários ou semi-portuários é complicado, porque como sabe não temos tutela. Conseguimos agora chegar a um acordo relativamente a esta questão, serão realizadas rapidamente as infraestruturas e vamos ver se vamos aproveitar uma parte da água que desce perto do túnel que é água de rega e vamos tomar conta desses jardins. É uma boa notícia.”-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, disse: Senhor Presidente, há uma questão que ficou por responder, acerca dos buracos na zona do Lombo da Boa Vista.”-----

O vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves, respondeu: “Como sabe toda essa área foi alvo de uma intervenção radical em termos de rede de água, de esgotos... e fizemos a pavimentação integral, o que foi um efeito raro. E essa pavimentação tem duas fases. A fase da recarga e a última fase que é o tapete que referiu. Após essa última fase de recarga há que elevar as adufas. E é isso que está a acontecer. E vou recomendar ao consórcio, visto que a obra é desencadeada por um consórcio, para que cumpram o calendário de execuções e a obra acabe este ano.”-----

O deputado municipal Maximiano Alberto Rodrigues Martins, do PS, usou da palavra dizendo: “ Estão em causa dois votos. E queria comentar duas destas votações que vamos fazer. Em nome do nosso grupo municipal, são os votos do BE, do PCP/PEV, de saudação à greve geral de hoje e para dizer que acompanharemos favoravelmente estes votos, por todas as razões. A decisão de uma greve geral, é uma decisão que em Portugal tem sido tomada com sentido de responsabilidade, não é comum fazer greve geral em Portugal sem motivos fortes e menos comum ainda é uma greve geral por uma comunhão das duas centrais sindicais, da GGTP e UGT, desde que foi implantada a democracia em Abril de mil novecentos e setenta e quatro, é a quarta vez que as duas centrais dão as mãos para fazer esta greve, significa que é um momento que justifica esta posição e compreendemos, e na região há mais razões para aderir a esta greve geral do que a nível nacional, porque a austeridade a nível nacional aqui é tripla. Portanto, nestas circunstâncias subscrevemos e acompanhamos aqueles que nesta Assembleia saudarem a decisão das duas centrais sindicais de fazer a greve hoje.”-----

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, replicou: “Eu tinha aqui uma posição sobre estes dois votos de saudação, mas para que fique bem com a minha consciência, vou fazer estas declarações, não como declaração de voto, porque entendo que não devo comprometer todo o meu grupo parlamentar com a minha opinião acerca deste assunto. Entendo que em circunstância alguma, a greve deve ser sinónimo de satisfação, de regozijo ou saudação. E penso também que só procede desta maneira quem acha que esta dita forma de luta é um fim em si mesmo e não um meio ou um instrumento para alcançar um objetivo. Só julga isto quem não tem um mínimo de consideração pela larga maioria de pessoas que opta por cumprir os seus deveres e compromissos. E só age assim quem receia o protagonismo e a sua razão de ser, especialmente quem gravita na esfera do sindicalismo eterno e imobilizador e o utiliza como meio de subsistência. A greve é e será sempre algo de negativo, um prejuízo, um passo atrás, uma desconsideração e uma falta de respeito pela sociedade em geral. Os seus mentores e promotores só querem saber de percentagens de adesão, do número de “furas” da solidez dos piquetes, do aprumo dos coletes identificadores. Estão, literalmente, a marimbar-se para as milhares de crianças que não tiveram aulas para as centenas de doentes que não tiveram assistência ou consultas, para os inúmeros cidadãos que não chegaram aos seus trabalhos, para as toneladas de lixos que ficaram por recolher, para os produtos que não se venderam, para os negócios que não se concretizaram, para os emigrantes que não puderam regressar a casa, em suma, para todos os que desejavam único e somente a normalidade. Concordo que os trabalhadores não devam ser bodes expiatórios. Mas por maioria de razão não deve ser o cidadão anónimo que deve ser prejudicado a bem de interesses de alguns. Mal está uma sociedade que só avança por via da imposição de vontades, chantagens, extorsões, manifestações, greves e piquetes. Mal está uma sociedade que se moderniza

à força e ainda cima à força de minorias. Por estas e por demais razões não me associo a este tipo de saudações. A manifestações de alegrias quando são frutos de prejuízo e desapontamento da maioria.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação os dois votos de saudação apresentados pelo BE e PCP/PEV, sendo os mesmos não aprovados, com vinte e oito votos contra, sendo vinte e cinco votos do PSD e três do CDS/PP e onze votos a favor, sendo cinco do PS, três do PND, dois do PCP/PEV e um do BE.-----

Declaração de voto:-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, fez a seguinte declaração: “Votei a favor desta moção de saudação à greve, porque entendo que de facto chegou a altura das pessoas tomarem posição daquilo que se está a passar no país. E a greve é um dos meios que está ao dispor das pessoas. Mas quero dizer no entanto, que considero que esta greve é totalmente inútil. E não é com esta greve nem com outras que vamos mudar a situação do país. Os cidadãos da esquerda portuguesa, os homens independentes e todas aqueles e há muitos na direita que nunca se reviram e que sempre se afastaram e que sabem quem são os culpadas do que se passa no país e na Madeira, esses cidadãos têm que começar a agir de modo diferente que não a greve e vou dar um exemplo. E falo e há muita gente na bancada do PSD que certamente me acompanha e me compreende. Estamos na miséria, totalmente falidos, no entanto esta terra está a gastar centenas de milhões de euros na frente mar Funchal para destruir a única praia do Funchal. A população pobre do Brasil, talvez pouco culta do Brasil, levantou-se contra coisas muitas melhores que se fizeram naquela terra. E quero perguntar aos cidadãos da Madeira e aos madeirenses do PSD até quando vamos continuar parados a assistir áquilo que se está a fazer na Madeira. E

preciso que as pessoas se levantem, ouvirem a sua voz e marcarem a sua vontade. Tenho dito.”-----

O deputado Énio Dioniso o Vieira Martins, do PCP/PEV, disse: “Perante esta intervenção do deputado do PSD, parece que quem se regozija com a situação do país é o senhor deputado Carlos Rodrigues. De facto não estou a ver quem é que pode estar assim tão satisfeito de perder um dia de trabalho, vindo para rua para lutar por direitos. Esse dia de trabalho até se esquece porque estamos a lutar por um direito que foi conquistado à custa de muita luta e de muito sacrifício. E parece que há uns senhores que acham que isto não vale para nada e aí sim, não estão saudando ninguém estão a menosprezar a vontade do povo. Senhor presidente, tal como disse na conferência de líderes, vamos abandonar a sessão a partir deste momento.”-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, disse: “A larga maioria de pessoas que o senhor deputado refere não abdica dos direitos conquistados por todos aqueles que fizeram e continuam a fazer manifestações para os defender. A normalidade que o senhor deputado refere não pode ser o roubo dos salários e das pensões, a destruição da escola pública, o disparatar da saúde pública etc. etc. e, finalmente os trabalhadores satisfeitos que o senhor deputado refere estão a perder um dia de trabalho para defender os seus direitos e dos que não querem fazer greve. Em dois anos regredimos mais de dez, em direitos. Por isso não me venham dizer que as greves se resumem a uma guerra de números.”-----

O deputado municipal Jose Maria Abreu Barros, do CDS/PP, disse: “ O CDS/PP votou contra esta proposta. O direito à greve é um direito e uma arma que temos na defesa dos nossos interesse e o mal que vigora na sociedade portuguesa é partir logo imediatamente para as últimas medidas antes de esgotar todo um percurso para tentar resolver os problemas. Até porque sabemos que nas greves que têm sido feitas,

nenhum dos objetivos a que se propuseram foram alcançadas. E acho que é mais salutar entrar em diálogo e num acordo deverá haver cedências de ambas as partes e é isso que terá que ser feito. Neste caso, a greve só deve ser usada em último mecanismo e é o que está a ser usado e como as greves não têm o resultado que se pretende e assim sendo e atendendo a isso votamos contra.”-----

O deputado municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PSD, usou da para dizer o seguinte: “ A razão do meu voto contra, não é naturalmente contra o direito legítimo e democrático à greve nem será contra um voto de saudação à própria greve, como também como partido democrático que somos acompanhamos todas as formas democráticas e livres de um país livre das pessoas manifestarem a sua opinião e acompanho também o senhor deputado do PND e valorizo mais uma pessoa que num sábado ou num domingo manifeste a sua opinião em vez de faltar um dia de trabalho. O nosso voto contra vai contra o texto que os partidos apresentaram porque podiam acertar connosco em reunião de líderes apenas um voto de saudação a um dia de greve que nos acompanha também essa preocupação com o que se passa na nossa sociedade atualmente, mas depois introduzem frases como destruidores de direitos laborais, empobrecimento autoritários, (palavra nova que conhecemos) e não podemos acompanhar o texto com que determinam cada um dos seus votos, com pena nossa, que transforma o título de saudação noutra coisa que é um voto de saudação à greve. Apenas por isso.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação a proposta de recomendação apresentada pelo BE, referente à revisão dos parâmetros para o cálculo do IMI, sendo a mesma não aprovada com vinte e cinco votos contra, sendo vinte e dois votos contra do PSD, três do CDS/PP e nove votos a favor, sendo cinco do PS, três do PND e um do BE.-----

Declaração de votos:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, replicou: “Acho lamentável que a bancada do PSD após a exposição do presidente da Câmara a concordar que era necessário fazer alguma revisão de algumas questões relativamente ao IMI, tenha votado contra esta proposta. Mas é o que temos.” -----

O deputado municipal Maximiano Alberto Rodrigues Martins, do PS, falou o seguinte: “Trata-se neste caso de pôr a funcionar normalmente uma situação que até agora é anormal. Porque há um ano que o Dr. Paulo Barata pediu a renúncia do cargo desta comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o lugar está vago o que causa problemas no funcionamento desta comissão e do nosso ponto de vista, a imagem que temos que dar e o respeito, esta situação não deve ser prolongada. O mandato desta comissão prolonga-se mais um ano ou dois. Penso que não há condições de prolongar este vazio que é da responsabilidade do PS mas que arrasta a imagem da Assembleia Municipal. Por esta razão pedimos o vosso voto favorável porque o Sérgio Jesus tem um currículo adequado ao desempenho destas funções. –

PROPOSTA - Havendo necessidade de substituir o Dr. Paulo Barata, como representante desta Assembleia, por indicação do PS, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, por renúncia do mesmo, vem o signatário, líder do Grupo Municipal do PS, propor o nome de Sérgio Juvenal de Jesus Abreu. Juntamos elementos curriculares do candidato na área dos assuntos sociais, combate à pobreza e exclusão social: Sérgio Juvenal de Jesus Abreu - Morada: Caminho do Olival, número dez, Bloco 1 - 1 Esq. São Roque – Funchal - Deputado a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, membro da Comissão Parlamentar de Saúde e Assuntos Sociais; Membro fundador da APCC - Associação para a Promoção Cultural da criança. Delegado e fundador na Região Autónoma da Madeira da AMI - Assistência Médica Internacional e fundador

do Centro Porta Amiga da AMI do Funchal; Membro fundador e *coordenador da ADECOM - Associação Desenvolvimento Comunitário do Monte.*”---

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação, por voto secreto, em urna, a proposta apresentada pelo PS referente à substituição do deputado Dr. Paulo Barata, sendo indicado o Dr. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), sendo o mesmo aprovado com vinte e oito votos a favor, três votos contra e quatro votos em branco.”-----

Não houve declarações de voto:-----

Período da Ordem do dia:-----

Ponto Um: Apreciar a informação escrita do Presidente da CMF, e acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, das Empresas Municipais, Fundações e Associações, em observância ao disposto nas alíneas c), d) e e), bem como da situação financeira da CMF, nos termos do artigo cinquenta e três da Lei cinco barra A/dois mil e dois de onze de janeiro, acompanhados das documentações constantes das alíneas cc) do número um e quatro, bem como da alínea q) número dois do artigo sessenta e oito da citada Lei.-----

O vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Estamos disponíveis para qualquer questão que queiram levantar.”-----

Não houve Inscrições:-----

Ponto Dois: Apreciação e votação da proposta de abertura do concurso público para a concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações.-----

O vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, expôs o seguinte: “A Câmara decidiu propor à Assembleia Municipal a abertura deste concurso. Trata-

se apenas de uma abertura de um concurso. Isto como os senhores sabem todas as infraestruturas que são propriedade do município ou que são utilizadas em loteamentos e que pertencem aos municípios devem ser explorados pelos respetivos municípios. Até aqui devido à falta de legislação que regulasse a utilização e a rentabilização dessas infraestruturas, a Associação Nacional de Municípios durante muitos anos debateu-se a nível nacional com esta problemática e após ter verificado que a única rentabilidade que os municípios tinham das infraestruturas que construíam e que disponibilizavam às empresas de telecomunicação foi a famosa taxa municipal de direitos de passagem, que apenas uma ínfima percentagem dos custos que os municípios tem com essas infraestruturas decidiu e bem e à luz da legislação que neste momento já permite abrir este tipo de concursos. Poucos Municípios neste momento já têm este sistema implementado, apenas três a nível nacional. O município do Funchal prepara-se para fazer essa abertura e numa fase de grandes dificuldades de obtenção e de captação de receita, porque já não é mais possível agir sobre ou o lado dos custos ou das despesas, temos de começar a ver do lado das receitas onde podemos buscar isto benefício e achamos por bem que este concurso fosse iniciado agora, nesta fase. Podem estar a questionar o porquê agora? Esta vereação entende que no decorrer do seu programa e que fez sempre esforço para agir na redução das despesas e no aumento das receitas, achou por bem lançar este concurso neste momento. O facto de ser lançado agora não significa que a sua adjudicação seja feita ainda por esta vereação. Se a próxima vereação entender que não deve avançar com este concurso, assim o decidir. No que toca à rentabilização dessas infraestruturas, se permanecêssemos, éramos do entendimento que devia de ser utilizado este tipo de exploração, porque todas as infraestruturas que temos e que são nossa propriedade e que estão inventariadas, ao serem utilizadas por empresas de telecomunicações para

passar algumas tubagens e para passar canalização e tantas outras coisas. não é criada contrapartida financeira neste município. A contrapartida financeira far-se-á única e exclusivamente através deste tipo de concurso que aqui está a ser lançado. Este é um processo que vai envolver a ANACOM, entidade que gere todas as empresas de telecomunicações a nível nacional. É um processo transparente, há um concurso público com caderno de encargos e programa de concurso a nível nacional, essas infraestruturas terão de ser todas elas inventariadas por essa empresa e dado a conhecer a ANACOM todas as infraestruturas que são propriedade do município e a partir desse momento seja qual for a empresa ou entidade que queira usar essa infraestrutura terá obrigatoriamente que pagar pela sua utilização e não apenas a taxa que é uma taxa simbólica que hoje todos pagamos nas nossas faturas que é de zero vinte por cento sobre o valor de faturação que estamos a receber em casa pela EEM, TMN, etc., esta sim será um grande contributo de receita sobretudo para evitar que os custos de manutenção que hoje somos obrigados a manter com estas infraestruturas sejam penalizadores em termos de orçamento. É difícil fazer estas contas porque são as chamadas obras invisíveis quando temos aberturas de valas, quando temos obras de saneamento básico e outro tipo de situações, é um custo muito elevado fazer um tipo de obras de saneamento, mas os principais beneficiados não estão a ser os munícipes neste caso do concelho do Funchal. Os principais beneficiados são as empresas de telecomunicações e até este momento têm usado e muitas vezes cobram de uma forma inadmissível balúrdios por se passar um cabo por exemplo de rede ou fibra ótica. A partir deste momento, este inventário após ser dado a conhecer ao município, é dado a conhecer à ANACOM que é a entidade que regula este tipo de situações e a partir daí seja qual for a empresa que passe ou queira passar ou utilize a infraestrutura de domínio municipal ou até loteamentos tem, de pagar uma contrapartida pela sua

utilização. Essa contrapartida será utilizada posteriormente para as obras de manutenção dessas mesmas infraestruturas. Achamos que é um bom processo neste momento para buscar receita numa é uma fase que é tão difícil, com um processo transparente, claro, e está neste momento a surgir a nível nacional já noutros municípios e deixo à vossa consideração o início da tramitação deste processo.”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, disse: “Mais uma vez esta taxa que neste momento está a ser aplicada às empresas de telecomunicações e cálculo que também à EEM, que o senhor vice diz que não é repercutida nos municípios e já demonstrámos que isso não é verdade, porque acabam sempre os municípios a pagar isto com outro nome de uma maneira ou de outra. O que vai acontecer agora é que esta receita que a Câmara quer ver aumentada nos seus cofres com a atribuição desta gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, o município vai outra vez pagar. A Câmara vai adjudicar esta concessão de gestão a uma empresa e se bem percebi essa empresa depois cobra despesas das redes de telecomunicações e de eletricidade e no fim são os municípios a pagar esta receita à Câmara porque a empresa intermedia também não vai trabalhar de graça e vai querer ter o seu lucro. Achamos que esta não é a melhor solução para os municípios, pode ser para a Câmara. Vamos votar contra.”-

O vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Reafirmo o que já dissemos, porque é verdade, a taxa municipal de direito de passagem não foi mais uma taxa criada para o município. Aquela taxa é uma taxa que é retirada de uma faturação das empresas. Mas a taxa, segundo este parecer que temos do constitucionalista Sá Gouveia, é ma taxa que se calhar já tem o seu período de vida contado, porque é uma taxa que para além de ser inadequada face à estrutura de custos

que os munícipes têm, é uma taxa que pode ferir alguns princípios da legislação. Mas enquanto está prevista na lei temos que a cobrar. E todos os municípios cobram pelo valor máximo e a única diferença que houve para os municípios todos é que começámos a ver na fatura discriminada taxa municipal de direitos de passagem, porque antes pagávamos exatamente o mesmo e não estava discriminado. Portanto, para o munícipe não há qualquer agravamento, o custo é o mesmo e estou a me referir à taxa municipal de direitos de passagem. Foi a primeira questão que o senhor deputado levantou. Quanto a esta que aqui está posso referir, porque o que está na base do que aqui está, não é mais um valor a cobrar ao munícipe, e porquê? A ser cobrado ao munícipe, quem iria cobrar essa taxa ao munícipe? O Município. Não pode. O Senhor deputado não percebeu o esquema de funcionamento. Ao ser cobrado ao munícipe ...vou dar um exemplo: acerca de um mês esta Câmara teve necessidade de passar um cabo de fibra optica num arruamento, da internet, para que a velocidade fosse superior. Não temos pessoal especializado nessas cabelagens em termos de rede informática e de redes opticas. Tivemos de pedir à Portugal Telecom para fazer a passagem desses cabos. E atenção eles passaram os cabos numa infraestrutura que é nossa, numa rua que é nossa e numa situação em que a Câmara é que solicitou essa passagem. Se eu trouxesse a fatura do custo, o senhor deputado nem acreditava no custo que a PT cobra por fazer essa passagem numa infraestrutura que é nossa. A Câmara não vai repercutir nos munícipes. E o que aqui está previsto é em todas as infraestruturas que são património da Câmara e que hoje não estão exploradas nem rentabilizadas e pelas quais devemos preservar, em termos de custo de manutenção, porque como sabe a lei das finanças locais, de uma inventariação correta de todo aquilo que fazemos em termos de estrutura de custos, manda replicar para os munícipes essa estrutura de custo. E o que está aqui a ser feito é olhar para a parte das

receitas e dizer que se temos estas infraestruturas que não estão a ser valorizadas nem exploradas por nós e é por terceiros, mas se nós estamos a suportar esse custo da manutenção, então essas empresas ao fazer esse serviço têm que pagar ao município uma determinada taxa. Mas pagam a nós pela utilização da nossa infraestrutura. Não vão repercutir esse valor sobre terceiros.”-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, salientou o seguinte: “Quero começar por dizer que concordo com a posição que tomou o deputado Letra, mas por motivos totalmente diferentes das que ele anunciou. Quem olhar para uma fatura destas empresas de telecomunicações, percebe que está lá uma taxa municipal, mas para além da taxa municipal, essas empresas cobram direitos de passagem. As empresas de telecomunicações instalam as suas cabelagens e depois cobram direitos de passagem aos consumidores, que não têm nada a ver com a dita taxa municipal. Neste momento, ao contrário do que o senhor deputado Letra pode supor, essas empresas estão a utilizar infraestruturas públicas e a cobrá-las, não ao abrigo de uma taxa mas sim de um direito de passagem. Bem, o que se passa aqui e o vice tem toda a razão, porque a Câmara ofereceu todas as infraestruturas, a Câmara tem ali um património valiosíssimo para estas empresas porque são infraestruturas todas elas adaptadas para a passagem de cabelagens e a Câmara tem outro património muito importante, a inventariação e a mapição de todas essas infraestruturas, o que é mais uma coisa importante, porque a Câmara meteu muito dinheiro debaixo da terra e de facto o que não faz sentido é as empresas meterem lá os cabos e cobraram os chamados direitos de passagem e a Câmara não levar nada pela utilização desses espaços. A verdade é que essas empresas estão a cobrar pelo chamado direito de passagem ao seu equipamento instalado. E isto é inadmissível. Por outro lado concordo que a Câmara tem que procurar novas receitas. A Câmara fez este

investimento, preocupou-se com a passagem destas infraestruturas, então faz todo o sentido que receba da exploração desse investimento alguma retribuição que permita pelo menos manter a despesa da sua manutenção. O ponto em que não concordo com o senhor vice tem a ver um pouco com a filosofia da Câmara. O que é que queremos de uma Câmara? Esta Câmara tem mil e setecentos funcionários e muitos deles sem conteúdo laboral, porque tem muitos funcionários, alguns deles, muitos bons, mas outros sem conteúdo funcional. É um problema. A Câmara apesar de ter estes funcionários, a Câmara concede todos estes negócios em que esses funcionários podiam ser aplicados e aproveitados e a Câmara concede estes negócios a terceiros. A Câmara tem a decisão de saber usar a infraestrutura humana que tem para explorar ela própria com as competências que dispõem, estes equipamentos ou se os deve conceder a terceiros. Percebi nas suas palavras a ideia de que exatamente o mesmo argumento de há vinte anos foi usado para concessionar os espaços dos estacionamento que ela própria está agora a explorar. O que quero dizer e ao contrário do que V. Exa disse uma Câmara que vai acabar há dois meses, tem ou não tem legitimidade política para decidir sobre esta questão fundamental? E não tem, pela mesma razão com que a Câmara tem ultimamente adiado algumas decisões menos importantes do que estas por entender que estando no fim do mandato não deve tomar estas decisões. O que se esperava a partir de agora é que decisões que têm o alcance de quinze anos não sejam tomadas. Por isso a proposta que faço, é que por dois meses suspendem o processo. Não abram o concurso. E deixem que quem sucede a esta Câmara reinicie o concurso. Tenho dito.-----

O vice-presidente Miguel Amaro de Bettencourt Calado, referiu o seguinte: “ Por aquilo que percebi das palavras do senhor deputado, eu percebi que não está aqui em causa o princípio do concurso, na génese do concurso tirar maior rentabilidade daquilo

que são as nossas infraestruturas. Não é isso que está em causa. Porque temos uma infraestrutura que é nossa e tem que ser mantida e utilizada futuramente e tem que fazer um sem número de situações. O senhor deputado disse e bem que neste momento quem está a tirar rentabilidade destas infraestruturas são aqueles que nada contribuíram para existir aquela infraestrutura. O que estamos a fazer é se as infraestruturas foram feitas e são mantidas por nós, então temos de ter rentabilidade daquele espaço. A segunda questão que coloca e bem, porque é que não é a própria Câmara a explorar? E ao contrário do que disse, não temos o número suficiente de pessoas para fazer isso. Não estamos a falar em quantidade de funcionários, estamos a falar em termos qualitativos e de especialização, só para terem uma noção, não é qualquer pessoa ou qualquer técnico que pode trabalhar com estas redes e mais não é-lhes autorizado fazer isso. E vou ler rapidamente dois parágrafos desta informação, em que apesar de termos mil setecentos funcionários a trinta e um de dezembro de dois mil e doze e, neste momento temos apenas mil, seiscentos e pouco, mas quando chegarmos ao final deste ano vamos ser obrigados a ter menos seiscentos e cinquenta e no próximo ano menos trinta funcionários do que este ano. Isto significa, neste período de férias, julho, agosto e setembro, há setores operacionais desta autarquia que começam, em grandes casos, a ter muita dificuldade de operacionalidade. Onde é que a Câmara tem maior número de funcionários? No departamento de ambiente, espaços verdes, bombeiros e em outros departamentos onde exigem técnicos não qualificados. E não é o que se passa aqui nesta situação. Passo a ler: “O município não possui nem tem condições para a curto prazo ou médio prazo vir a possuir um corpo funcionários com competências específicas na gestão de infraestruturas aptas de alojamentos de redes de telecomunicações. Segundo aspeto: ausência de “Know how” próprio na gestão de infraestrutura aptas ao alojamento de redes de telecomunicações

e em rede de telecomunicações “ tout court” própria na gestão de aptas ou alojamento de redes de telecomunicações e em rede de telecomunicações conjugado com o fato da entidade reguladora – ANACOM (Autoridade Nacional de Telecomunicações), apenas permitir o acesso às redes de telecomunicações a operadores de telecomunicações, princípio este fundamental para assegurar a inoperacionalidade de todas as redes a nível nacional, aliado ao fato do município não ter aptidões comerciais, no sentido “comercializar” essas infraestruturas. Isto significa que a própria autoridade reguladora das telecomunicações não deixa que sejam intervencionadas essas infraestruturas por pessoas que não sejam aptas a fazer esse serviço. Isto significa que a própria entidade reguladora não deixa que seja intervencionadas essas infraestruturas por pessoas que não sejam aptas a fazer esse serviço. Então, a Câmara abre este concurso e vai ver publicamente que entidades é que se querem constituir, porque não serão de certeza as empresas de telecomunicações a fazer este tipo de trabalho. Serão outras empresas, para fazer esta exploração. Essas sim, têm que fazer inventariação de todo o património que a Câmara tem em termos de infraestruturas, dão o conhecimento dessas infraestruturas, dão conhecimento à ANACOM e a partir daí dizem que seja qual for a empresa de telecomunicações que queira utilizar a estrutura “A,B ou C”, temos que passar cabos e tem que ser feito por pessoal técnico, pagamos uma contrapartida “X” ao Município, que é o proprietário desta infraestrutura. “-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, referiu o seguinte: “ Não há aqui nenhuma confusão entre a minha perspetiva e a sua. A Câmara é dona de um conjunto de imóveis em vias públicas que são atravessadas por tubagens e instalações que estão montadas e a Câmara vão concessionar, passar a exploração, a posse dessas infraestruturas muitas já com caixas de distribuição já

instaladas, e a Câmara passa a posse a uma pessoa que vai negociar com terceiros que vão montar os cabos, o direito de passagem que vai passar nesse. Não há nada aqui tecnicamente estranho. Isto é muito simples. Nos documentos que aqui estão não há nada que diga que a Câmara não possa fazer essa atividade ou que ela seja desaconselhada. “-----

A deputada municipal Micaela Gomes Camacho, do PS, disse: “Vamos manter o nosso sentido de voto, ou seja, vamos votar contra. E vamos votar contra, porque a análise que foi feita aqui realmente nos suscita alguma dúvida. Queremos mais esclarecimentos. Achamos que sim, se tivesse este executivo no início de mandato, poderíamos analisar mais a fim, mesmo embora colocássemos algumas questões nomeadamente um plano de investimento, um estudo de viabilidade seria interessante nessa distância, não faz sentido. A nossa proposta é deixar para o próximo executivo.”-----

O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, frisou o seguinte: “Não é possível fazer esse estudo, porque a empresa que ganhar este concurso, a primeira coisa que tem que fazer, é a inventariação de todas as infraestruturas. E só depois da inventariação estar feita é que juntamente com a ANACOM, que é a entidade que regula as telecomunicações, é que vão definir as taxas a cobrar às empresas de telecomunicações que usam essa infraestrutura. Dessa taxa, uma percentagem é para o município. E é aquilo que já está a ser feito a nível nacional com outros municípios Neste momento é impossível estar a fazer um estudo financeiro porque ainda nem estão feitos esses levantamentos, nem a própria ANACOM definiu a taxa que será utilizada. E a única coisa que está aqui a ser utilizada, e vocês que viram no objeto do concurso, é que estamos a permitir a abertura de um concurso exatamente para que essa empresa (a empresa que ganhar) faça a inventariação e

defina depois de ter ganho o concurso que taxa de rentabilidade é que vai aplicar ao município ou não. É uma receita e não um custo.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e três votos do PSD, nove votos contra, sendo cinco do PS, três do PND, um do BE e três abstenções do CDS/PP.-----

Declarações de voto:-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, fez a seguinte declaração: “ A declaração final do senhor vice-presidente foi uma espécie de interpretação corretiva das normas do concurso, porque diz que estamos a abrir um concurso. Então o concurso tem que ser revisto. Porque o concurso não é para a inventariação das infraestruturas, é para a concessão dessas infraestruturas a inventariar. Mas aqui também estive a ler as normas do concurso. E o que noto é que diz que a Câmara possui a mapição de todas as infraestruturas e que a Câmara se obriga a dar ao concorrente que ganhou ao concurso essa mapição, ou seja, não vai fazer inventariação nenhuma. Esse argumento deixa-me inquieto. Se tinha bons motivos para votar contra, agora tenho todos os motivos para votar contra.”-----

Ponto Três: Análise e votação da proposta para Regulamento de utilização dos parques de estacionamento públicos urbanos do concelho do Funchal.-----

O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, deu conhecimento do seguinte: “Penso que já tomaram conhecimento do documento, propomos aprovar este regulamento dos parques de estacionamento públicos sobre a gestão do município do Funchal, apesar do Código de Estrada já prever, em alguns artigos, alguns aspetos de utilização dessas infraestruturas. O próprio decreto-lei cento e um dois mil e seis, e achamos por bem e de forma a disciplinar e orientar a relação entre o utente e no fundo a entidade gestora dos parques, criar este regulamento, estipulando as

utilizações de acesso e de alguma forma regrado aqui todo este relacionamento comercial e de utilização de um espaço público.”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do PS, disse: “Temos aqui uma alteração da proposta do ponto número três – Regulamento de utilização dos parques de estacionamento públicos urbanos do concelho do Funchal.- Propomos que o parque de São João 2000 seja gratuito aos fins de semana e feriados, e redução, nestes dias, de cinquenta por cento dos parques de estacionamento do Campo da Barca e Praça Severiano Ferraz e que a perda ou extravio do “bilhete /Chip” deve implicar o pagamento do valor máximo diário ou seja quatro euros e meio. Também queria salientar, respeitante ao horário do parque de São João 2000, o parque abre às sete horas e fecha às vinte e quatro horas. Mas a partir das vinte e uma horas não está nenhum funcionário a dar apoio ao parque. Quero dizer que realmente aquele parque aos fins de semana devia estar aberto para entrada de viaturas a partir das vinte e quatro horas. E como o senhor vereador sabe, naquela zona da Avenida do Mar, há muitos bares que funcionam à noite e começam praticamente a funcionar a partir dessa hora. Ora, com o parque fechado ninguém pode lá estacionar. As pessoas que vão frequentar esses lugares, tem duas alternativas: não vai ou estaciona mal o carro, e está sujeito a uma coima da PSP. Por isso, solicitava ao senhor vereador uma alteração principalmente para ao fim de semana que o parque estivesse aberto vinte e quatro horas (das sete da manhã de um dia para outro dia). Mas temos um outro problema. O funcionamento das caixas automáticas não está a receber as notas novas de cinco euros. Há tempos passava naquela zona pelas nove horas da noite, o funcionário já não estava na caixa e uma senhora com duas crianças de tenra idade andava na Avenida Calouste Gulbenkian, a solicitar a troca nova para uma nota velha de cinco euros,

porque queria sair e não conseguia, porque não tinha trocos nem tinha nota velha. Esta é uma das situações que penso que deve ser resolvida. Quanto ao pagamento dos vinte e cinco euros pelado bilhete. Não é razoável. Uma pessoa quando perde um Bilhete não é que queira, tem a infelicidade de o perder. Que seja a taxa máxima que se paga por um dia, sim, agora vinte e cinco euros? Por favor! Outro assunto: supúnhamos que tenho o carro no estacionamento do 2000, o funcionário não está lá a partir das vinte e uma horas, perco o bilhete e como vou sair com o carro se só está a caixa automática a funcionar? Deixo lá o carro e pago a noite inteira e o outro dia? É tudo.”-----

O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, explicou o seguinte: “ A situação da abertura dos fins de semana gratuita, essa situação foi equacionada numa primeira fase, depois não podemos nos esquecer que existem outros parques nas imediações e devemos ter aqui alguma equidade em relação a isso. Em relação à perda e extravio dos bilhetes, esta taxa de vinte e cinco euros é claramente para desincentivar essa responsabilidade da pessoa perder o bilhete e dizer “estou nas tintas”. Tem que haver penalização, senão não há forma equilibrada de gerir isto. Em relação aos equipamentos, é um facto que as notas novas de cinco euros têm criado alguns problemas automáticos, não só nos parques mas também em outros pagamentos automáticos. Essa situação foi identificada e os equipamentos que vamos receber durante o mês de julho já vão poder receber as notas de cinco euros. Realmente é um constrangimento muito grande, as notas já estão em circulação mas não conseguimos operar a adaptação dos equipamentos à nova nota. Em relação às vinte e quatro horas. Como é do vosso conhecimento o parque do 2000 estava aberto vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, com grandes prejuízos em termos de segurança e de salubridade mesmo do espaço. Foi um problema que detetámos quando assumimos a gestão mais direta dos parques e foi uma tomada de

decisão que resultou um pouco das irresponsabilidades das pessoas que utilizavam os parques e com utilização menos devida... Portanto, para grandes males, grandes remédios e acabamos com esse horário. Em relação à situação dos bares noturnos precisarem de espaço para estacionar. Na Avenida Sá Carneiro, existe um parque que está aberto vinte e quatro horas. E que em termos de segurança é um parque mais fácil de gerir, porque não tem a quantidade de andares que tem o parque de São João, que tem uma gestão muito complexa. E foi nesse sentido que optamos por estas medidas.”-----

O deputado municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do PS, ripostou dizendo: “Senhor vereador, sabe o preço do Parque Sá Carneiro? É justo os preços? Aqueles preços não são excessivos?”-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, referiu o seguinte: “Acredito que o senhor vereador fez uma análise no mercado aos preços em termos deles serem mais equilibrados e com certeza que o senhor vereador ponderou. Mas há uma coisa que notei aqui, que foi aquela questão que foi levantada pelo PS sobre as penalizações, que acho que tem que haver, mas aquela é um pouco pesada demais. E outra coisa que acho que deve ser repensada é a questão do destino do parque da Praça Amarela, porque consta aqui no caderno de encargos que pode ser arrendado ao mês, a frotas e a automóveis e acho que a Câmara tem a possibilidade de o fazer ou não, mas acho que a Câmara não devia usar. Porque naquela zona do Funchal há muita dificuldade de estacionamento para quem vai às lojas e aquilo podia funcionar como uma espécie de parque de estacionamento daquela zona toda do Funchal para a vida comercial da cidade. Preferia que aquele parque ficasse apenas destinado a utilizadores pagadores diários, até com preços superiores, do que arrendamentos de frotas, aliás, já se sabe as pessoas que utilizem aqueles parques, os

mesmos arrendatários vão continuar a usar aquele parque, são pessoas com capacidades económicas e que têm escritórios ali perto, mas no fundo essa utilização que as pessoas estão a dar àquele parque, retira aquele parque a utilidade que devia ter, que era numa zona onde não há estacionamento, facultar, oferecer a quem vem fazer compras no centro do Funchal um estacionamento no coração do Funchal. Isso foi um aspeto que não foi considerado aqui mas que era muito importante. Os comerciantes daquela zona queixam-se tanto de falta de clientes, porque a maior parte das pessoas não vão ali fazer compras pela simples razão de não terem onde parar o carro. E o parque de estacionamento se fosse recuperado, modernizado, era uma mais uma valia muito importante para o comércio no centro do Funchal.”-----

O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, disse: “Percebo o seu ponto de vista. De facto a localização do parque Colombo é magnífica mas tem um problema operacional. Como sabe a entrada e a saída faz-se pela mesma rampa, o que se o parque tiver um carácter rotativo e fizéssemos experiência traz imensos problemas. A situação foi levantada e estamos a pensar numa solução, mas até lá o funcionamento terá de ser por avença e conseguimos algum rendimento do parque.”-----

O deputado municipal José Maria Abreu Barros, do CDS/PP, disse: “Relativamente à proposta apresentada pela Câmara, o CDS/PP vai votar a favor e vai fazer aqui algumas sugestões. Relativamente à proposta do PS, sobre o mesmo estacionamento, queria colocar a seguinte questão. Que é relativamente ao ponto um, acho que faria sentido o parque talvez ser gratuito a partir das vinte e três horas em diante e como o senhor vereador falou acerca de questões de salubridade, então optarem por não abrir o parque por vinte e quatro horas, seria as pessoas ao colocarem o carro no parque, sairia um talão normal e depois onde as pessoas fossem consumir, à semelhança do que acontece no Dolce Vita, ou no ginásio, depois de se deslocarem a

esses locais, têm duas horas gratuitas e talvez uma solução seria optar pela mesma solução relativamente do parque de 2000, ou seja, as pessoas põem lá o carro, tiravam o talão, deslocavam-se aos espaços comerciais consumiam e a Câmara fazia uma parceria com esses e dava uma ou duas horas gratuitas permitindo assim que as pessoas viessem a essas espaços, colocavam o carro no parque e não estavam sujeitos a coimas. Agora relativamente à perda ou ao extravio do bilhete, também achamos o valor de vinte e cinco euros elevado, poderia se baixar um pouco.”-----

O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, salientou o seguinte: “Agradeço a sugestão, mas no estacionamento de um centro comercial é muito mais fácil operacionalizar esse incentivo. Numa situação de um parque urbano, as comunicações entre as lojas e o parque de estacionamento têm de ser efetivas. É um problema tecnológico que quando for resolvido se calhar a sugestão poderá ir em frente.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação a proposta apresentada pelo PS, a qual foi reprovada com vinte e dois votos contra do PSD, onze votos a favor do PS, três do CDS/PP, três do PND e uma abstenção do BE.-----

Declaração de voto:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, fez a seguinte declaração de voto: “O BE absteve-se neste ponto, porque tínhamos intenções de votos nos dois pontos, pois não podia votar dois pontos com duas decisões diferentes num só.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação a proposta apresentada pela Câmara, sendo a mesma aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo vinte dois votos a favor do PSD, três do CDS/PP, três do PND e seis abstenções, sendo cinco do PS e uma do BE.-----

Não houve declarações e voto:-----

Ponto Quatro: Apreciação e votação de um incentivo à utilização de veículos elétricos na área do Município do Funchal, para que a utilização dos lugares em parcometros na cidade do funchal seja gratuito para viaturas cem por cento movidas a energia elétrica, mantendo-se os limites máximos de tempo de utilização em vigor. – Que os lugares reservados na via pública cuja data é a indicada no número um do artigo décimo nomo do capítulo da Tabela de Taxas e Outras receitas Municipais cuja redação é “Utilização de bens do Domínio Público e Privado da Autarquia, espaços reservados na via pública, por lugar e por ano”, cujo valor é de 3.964,34€ passe a ser 1.982,17€ (diminuição de cinquenta por cento) se se tratar de estacionamento exclusivamente reservado a veículos cem por cento movidos a eletricidade. A este ponto foi aditado que os veículos movidos a GPL enquadrar-se-ão na redução de cinquenta por cento no tarifário de parquímetros à semelhança dos veículos híbridos.-----

O Vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, explicou o seguinte: “Há aqui uma situação relativamente a esta informação que tem a ver com o aditamento hoje produzido na reunião de Câmara, porque na reunião em que este assunto foi agendado, foi levantado, e com alguma pertinência, a situação dos veículos GPL. Mas não foi clara, em termos de ata nem em termos do que foi definido. Essa situação de GPL a que se referia, se aos lugares reservados se aos parquímetros. E na reunião de Câmara desta manhã, isso foi esclarecido e a situação do GPL irá enquadrar-se no desconto dos cinquenta por cento que se dá aos veículos híbridos. Porque um veículo GPL não tem emissões zero. Portanto, há duas situações em relação aos parquímetros. Os veículos cem por cento elétricos têm um desconto de cem por cento e os veículos híbridos, com motores com combustão interna e os veículos movidos a GPL, têm um

desconto de cinquenta por cento. E foi nesse sentido que fizemos este aditamento. Exatamente perante a tarifa definida para aquela zona, o sistema do desconto só funciona com o cartão pré-pago. O utilizador tem o cartão e por exemplo ao introduzir um euro e vinte, basta colocar sessenta dá um euro e vinte porque aquele cartão já está programado para a situação do veículo híbrido e neste caso agora a GPL. Elétrico, terá um cartão semelhante mas no fundo não paga nada, mas dá no fundo a hora máxima. Não poderá depositar o carro lá o dia todo, porque é ir contra as ideologias de mobilidade e durante aquele período máximo não paga. Há aqui esta certidão ...”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal José Maria Abreu Barros, do CDS/PP, disse: “Venho colocar uma questão que relativamente há cerca de duas ou três semanas saiu na comunicação social que iria ser instalada uma estação de serviço com gasolina, gasóleo e também para veículos movidos a gás. Portanto, já tinha sido apresentado por um interessado a exploração e já tinha sido feito o pedido na Direção Regional de Energia e que estava depois sujeito à aprovação e na comunicação social dizia que em meados desde verão, seria viável fazer a transformação dos veículos automóveis e a estação de serviços seria em Santo Amaro em frente ao “AKI”. A questão que coloco é saber há contacto com a Câmara e o GR, porque depois é certo que se vai instalar veículos a gás, mas depois nada serve dessa situação de testar os veículos com gás se não houver empresas no mercado. Porque sabemos que os carros que já vêm preparados de fábrica para ser movidos a gás são ainda muito poucos. E a questão era saber se há esta ligação entre a Câmara e o Governo nesse sentido para dinamizar esta questão sobre esses mesmos veículos e atendendo que se iria processar, caso seja, as empresas que vão fazer essa transformação numa freguesia do Funchal se terá de entrar em contacto com a Câmara para passar as licenças de exploração...”-----

O vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, disse: “ Que eu saiba não há nenhuma ação consertada entre a Câmara e o Governo em relação ao GPL. Mas essas instalações de transformações dos veículos depois serão devidamente licenciadas e terão de seguir os limites normais.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação, este ponto e seu aditamento, sendo os mesmos aprovados por unanimidade-----

Não houve declarações de voto:-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à intervenção do público, estando inscrito nos termos do artigo trigésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal, **o cidadão Jose Manuel Neves dos Santos,** que usou da palavra dizendo: “Gostaria de saber para quando o alargamento da Travessa da Longueira, no sítio do Monte? Porque tem sido feito em outras partes de outros lugares e aquilo ali tem sido esquecido.”-----

O Presidente da Junta de freguesia do Monte, disse: “ Sei que realmente foi feito um abaixo-assinado e que isso teve para ser ponderado, mas recentemente foi oficiado que no corrente ano não é possível concretizar esta empreitada por falta de verba.”---

Encerramento: -----

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e quarenta minutos, o Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

E, de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida, achada conforme e subscrita por mim vai ser devidamente assinada.-----

O Presidente da Assembleia. -----

A Primeira Secretária. -----

